

A terceira fase do neoliberalismo

Marcos Del Roio*

Na avaliação da conjuntura, Gramsci indicava a necessidade de se distinguir o movimento orgânico, de longa duração, do movimento conjuntural, sabendo que esse é parte daquele. Não é exatamente uma tarefa fácil perceber a situação do Brasil neste fim de 2019, mas alguns elementos podem ser invocados para auxiliar no necessário esclarecimento do momento atual e de suas tendências. Evidente que o risco de erro é enorme.

O movimento estrutural, que vem desde os anos 70 do século passado, é o de crise de acumulação do capital (Mészáros), cuja economia política prevalecente é o chamado neoliberalismo, um esforço de ampliação da exploração da força de trabalho por meio da inovação tecnológica e da retirada de direitos sociais e do trabalho, medidas que implicam a reorganização do processo produtivo e da morfologia da força de trabalho, que é fragmentada e perde a sua identidade de classe. Aparece também a necessidade de uma reformatação do Estado, tendo em vista a solução da crescente crise fiscal. Houve crises particulares dentro dessa crise estrutural, das quais a mais grave em implicações foi a crise de 2008, eclodida nos EUA e espalhada pela Europa, com respingos mais ou menos sérios em todo o planeta.

No decorrer da crise orgânica do capital em escala global, o Brasil passou por três fases, todas identificáveis com o neoliberalismo. A desindustrialização progressiva é um aspecto distintivo da maior importância de todo o período, mas são importantes também o crescimento do crime organizado em torno de armas e drogas e a enorme difusão do

* Professor Titular de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências, *campus* Marília, Unesp. Membro do Conselho Consultivo de marxismo21

evangelismo pentecostal entre as massas. A primeira fase foi a de implantação do programa neoliberal, do fim do Governo Sarney ao fim do governo FHC.

A segunda fase foi a dos governos do PT e aliados. Esse período foi marcado por relativo crescimento econômico, que permitiu o desenvolvimento de políticas de Estado voltadas a assistência social do proletariado mais desvalido, ainda que a prioridade tenha sido preservar a lucratividade do capital financeiro. Coincidiu aproximadamente com o avanço de lutas populares que se fizeram governo na Venezuela, Equador, Bolívia, que se alinharam ao Brasil, Argentina e Uruguai. O terceiro período é o atual, iniciado com o golpe institucional contra a presidência de Dilma Rousseff.

A crise de 2008 foi inicialmente contida por medidas administrativas, mas chegou com grande força em 2014. Considere-se ainda que desde 2011, também como desdobramento da crise, o imperialismo desencadeia forte ofensiva contra os povos do Oriente Médio, do Norte da África, da Europa oriental e da América Latina, sempre em busca de recursos naturais como petróleo, gás minérios e biodiversidade. O estrangulamento econômico, o financiamento e treinamento de terroristas, golpes institucionais, foram (e são) as táticas implantadas.

Experiências de estrangulamento econômico seguido de golpe são o que se tenta ainda na Venezuela, Nicarágua, Cuba (todas com rotundo fracasso até agora). Golpes institucionais foram usados no Paraguai, em Honduras e também no Equador e Peru. O sucesso maior, contudo, foi o Brasil.

A mobilização juvenil de 2013, que tinha por objetivo a melhoria dos serviços públicos e a ampliação dos direitos, não conseguiu formar uma direção política e foi facilmente manipulada pela mobilização da direita, capitaneada por quadros que vinham se formando sem alarido desde o

início do novo século (pelo menos). As sementes da planta venenosa, que se alastrou pelo País e chegou ao atual governo, já começavam a germinar ali. Há que se reconhecer que houve então uma séria derrota, suficiente para mostrar a fragilidade do governo.

Em 2014, a mobilização popular (de grande parte das camadas médias urbanas, na verdade) virou o discurso para o tema da corrupção, um clássico da direita conservadora, oferecendo a ocasião para que se desencadeasse a Operação Lava Jato. Essa Operação da Polícia Federal esteve voltada a enfraquecer três pilares importantes da economia nacional: a Petrobras, o BNDES e as empresas de construção civil, assim como a direção política do PT.

Nesse clima de aproximação da crise é que se travou a contenda eleitoral. A candidatura do PT venceu novamente por estreita margem, mas o conjunto dos governadores era mais conservador e a composição do congresso também. A candidatura liberal da Aécio Neves perdeu por pouco, mas o cenário visto em conjunto lhe teria sido mais favorável para governar.

Esse quarto governo do PT nasceu acuado, pois já não tinha o respaldo das forças políticas de centro-direita e da maioria das camadas médias urbanas, incomodadas com o avanço de lutas femininas, LGBT, negros e de movimentos populares de maior visibilidade de luta pela terra e pela moradia. A tentativa de garantir o apoio das forças parlamentares de centro-direita com uma política monetarista fracassou inteiramente. Na verdade, todo o ano de 2015 foi preenchido com ações de sabotagem ao governo, denúncias de corrupção e mobilização das camadas médias, em grande parte convocada pela mídia.

A incapacidade do sindicalismo e dos partidos de esquerda em dar resposta ao rápido avanço da direita foi notória. Na verdade, a aposta do PT no jogo institucional e o desleixo na tarefa de educar / organizar as massas

populares, os jovens, em particular, enfraqueceu a possibilidade de resistência frente à ofensiva conservadora / reacionária. Com o início da crise econômica social, em pouco tempo o conjunto da burguesia brasileira convergiu para a posição de que a o investimento no PT como partido de governo capaz de angariar maior respaldo ao capitalismo estava com os dias contados. De fato, o governo do PT ampliou a capacidade hegemônica da burguesia, mas isso não significa que tenha ocorrido algum tipo de revolução passiva, nos termos de Gramsci. Pelo contrário, a desindustrialização avançou, apenas a tecnologia de consumo deu seus passos e a mecanização do campo quase fez do Brasil uma economia agro-industrial de exportação de bens primários.

O ativismo político do Poder Judiciário, da Operação Lava Jato, em particular, com as seguidas denúncias de corrupção governamental, as massivas manifestações de rua, emparedaram o governo. A derrota estava muito próxima e não era apenas institucional: a derrota estava nas ruas e era também ideológica. Estava a se resgatar a forte tradição autoritária conservadora (que a muitos parecia morta com o fim da ditadura militar). Clamava-se pelo fortalecimento da horrenda face repressiva do Estado, pelo controle dos costumes, da educação e da cultura, com as implicações racistas, misóginas, homofóbicas e avessa ao povo pobre. Essa ideologia autoritária conservadora mostrou-se tão poderosa a atrair amplos setores liberais, normalmente não muito fiéis à democracia burguesa.

O golpe estava garantido quando o vice-presidente Michel Temer, em dezembro de 2015, deixou de lado a vacilação e passou a apoiar a manobra cujo resultado era já quase inevitável e o levaria a chefia do governo, inclusive com a apresentação de um programa de radicalização do neoliberalismo (a chamada “Ponte para futuro”). Em 2016 a ação da Lava Jato visa diretamente a Lula, a mais importante liderança do PT, que é processado. O processo foi seguido pela mídia em detalhes até a

condenação e prisão em abril de 2018. As irregularidades muito visíveis não foram denunciadas, a não ser pela própria defesa do ex-presidente. Nesse mesmo tempo avançava o processo de deposição da presidente Dilma. Temer assumiu interinamente em maio e definitivamente em agosto de 2016. O golpe estava consumado e a terceira fase do neoliberalismo no Brasil se iniciava.

A derrota política ideológica do reformismo sem reformas era catastrófica. Para ser aceito no pavilhão da burguesia, o PT se comportou como representante da “aristocracia operária” e da pequena burguesia ascendente, num grande acordo que envolveu o conjunto das classes dominantes e que fazia parte a neutralização do antagonismo presente no movimento popular. O PT, é de se insistir, deixou de lado a educação / organização das massas. Os relativamente bons resultados econômicos e as políticas de assistência social criaram uma ilusão, que foi arma frágil para resistir à ofensiva do capital com a crise que se manifestava com força. Armado do autoritarismo conservador (laico e religioso) e da direita liberal, as classes dominantes deixaram a esquerda acuada e os liberal-democratas paralisados.

O governo Temer fez o possível para implantar o projeto de restrição dos direitos básicos e de minoração dos limites fiscais. A ideia de destruição do Estado no que tinha de assistência e previdência social tendo em vista colocar os trabalhadores em estado de prostração. Ao mesmo tempo, a autoconfiança dos dirigentes da república abriu a temporada de saque ao Estado.

O processo eleitoral mostrou que a unidade da camada dirigente do Estado e da burguesia girava apenas em torno do “antipetismo”. Não havia um candidato claro com condições de vitória para implantar o projeto de espoliação e servilização das massas populares. Talvez o nome de continuidade em relação a Temer fosse Geraldo Alckmin (PSDB). PSDB,

PMDB e DEM foram os mais importantes articuladores do golpe, mas tiveram na Lava Jato a sua ponta de lança. No entanto, nenhum dos candidatos mostrou condições de iludir as massas, pois estavam todos colocados na vala comum das denúncias de corrupção. O candidato inesperado foi o tenente Jair Bolsonaro, que foi capaz de cavalgar o discurso contra a corrupção e o discurso punitivo repressivo de corruptos e de criminosos, com o objetivo de ampliar a repressão do Estado e também de soltar os interesses burgueses do controle ou medição do mesmo Estado.

O problema era manter a curva ascendente de apoios e isso foi garantido com a indicação previa de Paulo Guedes (representante direto do grande capital financeiro) e de Moro, como guardião da ordem social. Faltava contornar os debates públicos com outros candidatos (algo para o que não tinha o menor preparo) e isso foi conseguido com o atentado de Juiz de Fora, por acaso acontecido em 6 de setembro, quando o discurso do mais vazio e enganoso nacionalismo foi posto em evidencia. Contra a corrupção e pela nação (Ah, e pela família e propriedade também), o discurso mais clássico da direita, quando o objetivo é aumentar a exploração dos trabalhadores. Tendo escapado dos debates, a Bolsonaro restava “falar” pelas redes sociais. Assim começou o bombardeio de calúnias e difamação contra os adversários, a mistificação do passado, a impugnação da razão e da verdade, a apologia da violência.

Uma série de erros, especialmente do PT, contribuiu para o resultado catastrófico da eleição. A confiança de Lula e do PT, de que seria possível liberar o ex-presidente do cárcere de Curitiba para uma vitória consagradora nas urnas, a insistência nesse erro, que postergou ao máximo a indicação de uma nova candidatura, obrigada a se deslocar para o centro político, considerada o predomínio já conseguido da direita, a falta de acordo com Ciro Gomes para apoio recíproco no segundo turno. Esses erros facilitaram a vitória de Bolsonaro, mas também a escolha de

governadores e senadores improváveis, além de uma câmara de deputados ainda mais conservadora do que a anterior. O resultado da eleição deixou as forças democráticas atônitas. Não foi só o PT e a esquerda a sofrer o impacto, mas PSDB e PMDB ficaram seriamente redimensionados. Cresceu o PSL, partido do novo presidente e a miríade de partidos que compõe o chamado “centro”, na verdade bancas de negócios escusos, quase todos.

A montagem do governo não considerou as forças políticas que se fizeram representar no parlamento, escolha nada casual. Importante apenas era ter um ministro da economia, Paulo Guedes, que tocasse em frente à radicalização do projeto neoliberal de barbarização da vida social com amplo respaldo parlamentar, mas que não teria o significado de base parlamentar do governo. Importante também era tentar dar resposta imediata para a questão da “segurança”, com a presença de Sergio Moro (hoje já um fantasma perdido no limbo). No mais era preciso dar lugar (muito) a militares aposentados, representantes dos evangélicos e principalmente da igreja mística da Virgínia. A esquadra da barbárie estava pronta para a ação.

Importa entregar o patrimônio nacional a grande finança, destruir o ambiente em benefício da mineração, das madeireiras, dos criadores de gado, impedir que se desenvolva a ciência e a cultura no País, com a devastação do que existe de público e produtivo em termos de escola e de universidade, privatizar tudo o que for possível, em especial saúde e educação. Reduzir o País a uma nação de asnos consumidores de baixa tecnologia, dominado por gangs de milicianos e traficantes (e exemplo do que já é o Rio de Janeiro).

Esse projeto não pode ser implantado até o fim com as regras do jogo da democracia liberal burguesa. Exige que se ataque e destrua o parlamento e o poder judiciário (a corrupção é uma das armas para que se alcance esse

objetivo). Por agora por meio da lei, mas a destruição dos institutos sociais dos trabalhadores -- sindicatos e partidos -- também é objetivo a ser alcançado. A força deve ser buscada no apoio das instituições repressivas do Estado (exército, polícia, parte do judiciário), nas milícias que se formam para o controle de amplas zonas urbanas, outras que se organizam no campo (como desde sempre). Instituições religiosas são importantes para garantir uma base social passiva, mas uma base social ativa e militante tem importância ainda maior. O objetivo final é o poder cesarista de caráter regressivo (Gramsci).

Esse cenário pode ser identificado como processo de fascistização ou fascismo? Nos anos 60 esses termos foram usados para identificar ou qualificar as ditaduras militares. Às vezes acrescido de algum adjetivo: fascismo colonial, fascismo militar, por ex. Hoje poucos autores ainda defendem esse qualificativo para aqueles regimes. O regime desejado por Bolsonaro seria um fascismo liberal? É possível se esse regime não fosse inteiramente reacionário e regressivo, algo que o fascismo não foi.

Se tomarmos ainda uma vez Gramsci como referência o entendimento que prevalece é que o fascismo italiano foi uma revolução passiva, que restaurou o poder das classes dominantes erigindo o predomínio do capital financeiro e fazendo avançar as forças produtivas, incluindo a qualificação dos trabalhadores e ainda a concessão de alguns direitos sociais dentro de um projeto de Estado corporativo. O fascismo contou ademais com significativa base de massa.

No Brasil o que está a ocorrer é um processo destrutivo do Estado e da economia que deve comprometer a capacidade interna de decisão de políticas de governo. Trata-se de verdadeira alienação da chamada “soberania nacional”. A própria ideia força de povo / nação, de nacionalidade, está em risco.

Como reverter esse processo, como derrotar as forças da barbárie e do obscurantismo? O PT persiste na ilusão de que os meios institucionais poderão ainda resgatar o ciclo virtuoso dos governos Lula. Haverá algum meandro judicial que reconheça existência de inúmeras irregularidades que levaram Lula a prisão. Mesmo em caso de ter a candidatura impedida por algum meio, Lula será ainda assim um excelente cabo eleitoral para o avanço do PT e das esquerdas em 2020. O desgaste do governo Bolsonaro será tão grande que pode até mesmo ser apeado do governo antes do fim do mandato. Assim, o bom caminho poderia ser retomado. Mas isso é possível? A profundidade dos estragos que o governo cometeu nestes menos de um ano na economia política e no Estado é de tal ordem que já não é mais possível fazer o resgate das perdas nos mesmos termos de antes. Como poderia o PT refazer uma aliança social e política ampla tanto a incorporar a burguesia ou fração dela, quando a crise já terá engolido grupos sociais inteiros, jogados na pobreza? Continua-se num mundo de ilusões. Não se entende que o golpe que apeou Dilma e que depois levou Bolsonaro a presidência está a marcar uma mudança de regime.

O caminho será longo e a sua velocidade muito dependerá do que acontecer nos centros imperialistas e nas lutas populares da América Latina. Mas o que há de se fazer desde agora é tomar clara ciência da mudança profunda no perfil das classes trabalhadoras no País, em particular a camada mais jovem, averiguar com agem, como pensam, qual o senso comum que se forja, destacar os elementos de rebeldia contra a ordem e a reivindicação por outra forma social, que exclua a exploração e a opressão entre os seres humanos e a devastação ambiental (o que faz com que se inclua outros seres vivos)

Indispensável é confrontar o fetiche da tecnologia feita de mercadoria descartável e instrumento que é de formatação do cérebro. Isso se faz com um progresso intelectual e cultural que surge das iniciativas

populares e que se referem a seu modo de vida, aquele para o qual foram empurrados. É preciso retomar a ideia de um povo que se faz em torno da solidariedade, da comunidade de propósito e que se espalha para outros povos. Essencialmente é preciso recompor a concepção de uma classe de trabalhadores que, explorados, garantem a sobrevivência do capital, uma classe de pessoas capaz de criar uma nova sociabilidade porque capazes de mudar as relações sociais de produção.

De modo objetivo e mais imediato, é preciso criar uma frente única de resistência à barbárie, formada por todos os grupos sociais mais seriamente afetados nas suas condições de vida e nos seus direitos. Nessa luta haverá de surgir mais organização e mais consciência de que o dano incontornável é gerado pelo capitalismo e por um esquema de poder ajoelhado diante do imperialismo. Quem sabe surja uma nova cultura que se difunda entre as massas da necessidade de se reorganizar a produção social, de encontrar outros meios de se estar no mundo / com o mundo, de ser ver superado o capitalismo.

A luta será de longa duração, uma guerra de posição travada em frente única dos trabalhadores e seus aliados até a criação de um novo Estado que venha a cercar e a substituir o Estado burguês.

Marcos Del Roio